PRÁTICAS DE LEITURA EM BIBLIOTECA PÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM A IDENTIDADE DO ESPAÇO

Lucas Santos Macedo¹
Cláudio José de Almeida Mello²

As bibliotecas públicas estão hoje, em tese, sob a responsabilidade do poder público. A história da institucionalização destes espaços revela melhorias significativas, principalmente no que tange a criação de políticas públicas. Mas perdura o descompasso entre projetos, planos, políticas, teorias e a realidade das bibliotecas públicas. Por isso, é importante que sejam tomados como objeto de estudo para que se (re)abra o debate em torno do seu (re)significado social. Neste sentido, este artigo relaciona concepções veiculadas em órgãos oficiais às delimitações de um contexto local para que, inserida em uma visão mais ampla, seja problematizada a questão da leitura na biblioteca. Para isso, será analisado o perfil dos frequentadores da Biblioteca Municipal Padre Ruiz de Montoya em Guarapuava/PR verificando se as práticas de leitura, quando presentes, a identificam (ou não) como biblioteca pública municipal.

1 Princípios e diretrizes para uma biblioteca pública

A Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) publicou um manifesto que é base para algumas atribuições fundamentais sobre bibliotecas públicas. Na última edição, em 1994, o documento enfatiza sua função democratizadora do acesso à informação em seus diversos suportes, como “porta de acesso local ao conhecimento”, “centro local de informação”, que fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais (UNESCO, 1994).

A maior contribuição deste manifesto é a construção de um discurso filosófico-reflexivo em torno da estrutura-biblioteca, para, dessa forma, tornar global o seu significado social. Por isso, relaciona o espaço físico ao conhecimento, a informação e a cultura ali encontrados e produzidos de maneira democrática.

¹ Universidade Estadual de Maringá (UEM)

² Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

No Brasil, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) publicou, em 2000, o documento Biblioteca Pública: princípios e diretrizes, com base no manifesto da Unesco. Ele assim discorre:

Hoje, mais do que nunca, a capacidade de obter informação e gerar conhecimento é fator fundamental na sociedade contemporânea, onde informação é poder. No entanto, cada vez mais crescem as diferenças sociais e econômicas entre os que possuem informação e aqueles que estão destituídos do acesso a ela. Dentro deste contexto, cabe à biblioteca pública atuar, como instituição democrática por excelência, e contribuir para que esta situação não se acentue ainda mais e que a oportunidade seja oferecida a todos. Assim, a biblioteca pública deve assumir o papel de centro de informação e leitura da comunidade com esse objetivo. (SNBP, 2000:17)

Neste sentido, a biblioteca é concebida como instituição de caráter educacional e cultural com o objetivo de democratizar a informação para diminuir a desigualdade entre os indivíduos e entre os grupos sociais.

A biblioteca pública como instituição democrática pressupõe o atendimento às expectativas de cada segmento da sociedade, independente de condições sociais, educacionais e culturais. Aí está, segundo Fonseca, um obstáculo no desempenho do seu potencial como centro disseminador de informação: “na luta para dar uma resposta à sociedade sobre seu verdadeiro papel, a biblioteca pública perde cada vez mais prestígio e poder, na tentativa de ser ‘tudo para todos’” (FONSECA, 2005:33).

Um exemplo prático disso ocorre na década de 70, quando fundou-se, no Brasil, a implantação legislativa da pesquisa escolar, levando muitos estudantes às bibliotecas para atender às expectativas do professor. Essa prática tornou-se corrente nas bibliotecas públicas. De onde conclui-se que

As bibliotecas municipais são, na prática, bibliotecas escolares. Perdeu-se a idéia da informação pública para que fosse possível sobreviver uma prática de pesquisa que pouco se relaciona com educação. As bibliotecas fizeram, pois, no século XX, um trajeto rumo aos currículos escolares, e, por isso, entre outros motivos, deixaram de lado a população. (MILANESI, 2002:47)

Afinal, como conceituar uma biblioteca pública? Note como esta problemática encadeia-se partindo das reflexões já feitas: a concepção de instituição disseminadora da informação de maneira democrática da Unesco e do SNBP faz pensar na heterogeneidade de informações registradas numa biblioteca para o atendimento de toda a população, dessa forma, a crise instaura-se pela tentativa e imediata impossibilidade de oferecer tudo a todos os públicos, o que resulta na delimitação inevitável de sua

esfera de atuação, no caso mencionado, bibliotecas públicas funcionando como extensões de bibliotecas escolares.

Um único conceito não parece caber nas dimensões de uma biblioteca. Sua vivacidade e dinamicidade, contraditoriamente, parecem sempre passivas à idéia de função. Seja educacional, cultural, recreativa ou informacional a noção de disseminação exige atitude da biblioteca para “atender a demanda daqueles que sabem com segurança o que precisam e identificar a necessidade de informação daqueles que não mostram saber o que desejam” (MILANESI, 2002:88).

As ações de uma biblioteca pública, portanto, marcam sua identidade. A leitura é, ainda, a maneira mais comum para se ter o acesso à informação. Por isso, cabe pensar numa biblioteca com ações culturais voltadas para a promoção da leitura, agindo no sentido de criar situações em que se ressalte a importância social do ato de ler para, dessa forma, equilibrar as funções educacional, cultural, recreativa e informacional num trabalho simultâneo.

Para isso, é necessário abandonar a ênfase em aspectos quantitativos, como na origem das políticas públicas para leitura na criação do Instituto Nacional do Livro (INL), que priorizava a distribuição em massa de acervo padronizado, ignorando as particularidades de cada contexto. Como corolário: a biblioteca não interessava, não fazia parte da vida da população, não havia identificação, daí o distanciamento. Deve se pensar de forma mais abrangente. Um exemplo é o que se nota com o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), que contempla em seus eixos de atuação, dentre muitos outros aspectos, a preocupação com a formação de mediadores de leitura; portanto, nota-se o avanço em se pensar *qualitativamente* a leitura no Brasil. Ou seja, não há eficácia em política pública de leitura só com a implantação e distribuição, deve-se formar pessoas que incentivem os não leitores a adentrarem no mundo da leitura.

2 A realidade de uma biblioteca municipal

A Biblioteca Municipal Padre Ruiz de Montoya de Guarapuava, Paraná, está registrada com o número 0778 no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e, de acordo com as informações disponíveis, é uma biblioteca municipal, subordinada ao Departamento de Cultura do município, com funcionamento em prédio adequado, com aproximadamente 160m². Está em atividade. Não possui serviços de extensão. Possui 1 dirigente e 7 funcionários com formação em nível superior, porém, apenas o dirigente e

3 funcionários com treinamento específico na área de biblioteca. Não possui computador e nenhuma de suas funções é informatizada. O cadastro também revela que a principal motivação do uso da biblioteca é a pesquisa voltada para a área de Ciências Sociais. Também traz um dado que soa equivocada: a frequência média mensal de 1380 usuários. A opção mais utilizada na aquisição do acervo são doações e o acervo atual é composto por aproximadamente 20.000 volumes. As atividades oferecidas à comunidade regularmente, de acordo com as informações cadastrais, são hora do conto, exposições e oficinas de leituras.

No Sistema, nada consta quanto à existência ou não de regulamento interno para organização do trabalho. Quanto a isso, a dirigente informou que tal documento encontra-se em revisão/atualização. As regras vigentes atualmente no espaço não estão expostas ao público, por isso, mesmo sem saber que impacto tais normas podem produzir no dia-a-dia da biblioteca, por desconhecê-las, as observações permitiram configurar um “regimento cultural”, o que nada mais é do que a percepção dos hábitos diários dos atendentes no trato com o público e a relação do público com os atendentes e o espaço.

O “regimento cultural” da biblioteca municipal de Guarapuava mostra a ausência de autonomia dos visitantes. Os atendentes se dirigem a todos que entram no espaço, questionam sobre o motivo de sua visita e acompanham-nos até as estantes dos livros.

Aos usuários da biblioteca Pe. Ruiz de Montoya foram aplicados questionários que permitissem a obtenção de informações sobre a relação dos usuários com a biblioteca, levando em consideração se as características do espaço e do público exercem influência nesta relação.

A média de idade dos frequentadores é de 21 anos; dado importante, pois revela uma faixa etária para além do público da rede básica de ensino, apesar de a maioria continuar sendo estudante:

Ensino Fundamental	20%
Ensino Médio	54%
Ensino Superior/Pós-graduação	21%
Não estudam	5%
Total	100%

Tabela 1: Porcentagem de estudantes e não estudantes usuários da biblioteca

Os dados apresentados na tabela 1 relacionam-se profundamente com informações obtidas com a pergunta O que te traz à Biblioteca?, a respeito da motivação para o uso da biblioteca:

O que te traz à Biblioteca?	
O gosto por ler na biblioteca	32.5
A pesquisa escolar/universitária	46.7
Empréstimo de livros literários	13
Encontro com os amigos	7.2
Espaço para discussão	3.5
O acesso à internet	0
Leitura de jornais e revistas	16.5

Tabela 2: Motivação dos usuários para o uso da biblioteca

Para a questão respondida no quadro 2, foi pedido que atribuíssem notas de 0 a 100 às sugestões de motivações para o uso da biblioteca. Percebe-se que a maior média corresponde à pesquisa, confirmando a tradição e o dado do SNBP. A concepção utilitária do espaço pode ser reforçada pelas notas baixas atribuídas a “Encontro com os amigos” e “Espaço para discussão”. No entanto, O gosto por ler na biblioteca aparece em segundo lugar, superando “A leitura de jornais e revistas” e o “Empréstimo de livros literários”.

Neste sentido, para aqueles usuários estudantes foi solicitada a comparação entre a biblioteca de seu estabelecimento de ensino e a biblioteca municipal. Os aspectos apontados, em geral, mostram que na biblioteca municipal os estudantes encontram uma variedade maior de livros, contam com um espaço mais amplo e confortável e têm a vantagem do silêncio e da possibilidade de estudar/ler sozinhos.

Em relação ao envolvimento dos usuários com o espaço, 100% afirmaram nunca ter participado de projetos de leitura desenvolvidos pela/na biblioteca. Algumas observações no local mostraram que, de fato, o projeto Hora do conto, único em atividade, está claramente voltado para estudantes da rede municipal (de 1ª a 4ª. Séries), pois são as escolas que agendam a participação no projeto, o qual só acontece quando a escola solicita. Ou seja, este trabalho volta-se para uma parte dos 20% de estudantes do ensino fundamental, um público bastante restrito.

Quanto às preferências de leitura, os usuários deveriam ordenar seguindo ordem de preferência os tipos de textos mais lidos. Esta questão revelou os seguintes dados, na tabela 3:

1º	Livros de literatura
2º	Revistas
3º	Textos teóricos e Jornais
4º	Textos da internet
5º	Bíblia

Tabela 3: Preferências de leitura

Para obtenção destes dados, tem de se levar em conta que não indicam as preferências de leitura especificamente *na* biblioteca, são preferências ligadas aos hábitos dos entrevistados. A informação coletada, dessa forma, é pertinente para se poder relacionar as preferências cotidianas com a motivação por estar na biblioteca: os usuários, de maneira geral, preferem ler literatura, mas vão à biblioteca, prioritariamente, para pesquisa escolar/universitária.

Então, por que não lêem literatura na biblioteca? Por que não emprestam livros literários, como aponta outro dado já mencionado?

Na avaliação que os usuários fizeram do acervo da biblioteca, levou-se em conta os seguintes quesitos: a. atualização, b. diversidade, c. estado de conservação e d. atendimento aos meus interesses; tais quesitos foram avaliados com as seguintes notas, respectivamente: 6.5, 7.0, 7.0 e 7.8. Nota-se que nada indica que o acervo *desagrada* e o equilíbrio e a média da avaliação são positivos.

Considerações finais

A análise dos dados estabelece o perfil do público da biblioteca Pe. Ruiz de Montoya como sendo um público de estudantes, que apesar de frequentar a biblioteca “obrigatoriamente” em função das pesquisas propostas na escola, gosta de estar no local, o ambiente o agrada; avalia que o espaço municipal é superior ao da escola em muitos aspectos; mesmo que guiado pela pesquisa, possui preferência pela leitura de literatura e o acervo encontrado, em geral, atende aos seus horizontes.

A biblioteca, por isso, comporta-se como extensão da biblioteca escolar; voltada para o público estudantil e delimitando a circulação de informação às que são exigidas nos currículos escolares, livros didáticos e enciclopédias e, assim, deixando de atingir as demais camadas da população. A ausência de regulamento oficial vigorando não permitiu reflexões muito consistentes em relação a concepção democrática proposta

pela Unesco e o SNBP. No entanto, o “regimento cultural” detectado, revelou a ausência de autonomia e estabeleceu o funcionário como ponte obrigatória entre público e informação, deixando de compactuar com os propósitos democráticos dos órgãos oficiais.

A tentativa de configurar um possível arrolamento entre práticas de leitura e a identidade da biblioteca pública encontrou um obstáculo já pressuposto: a ausência de uma efetiva prática de leitura. Isto significa que não há vínculo entre população e acervo, “se as bibliotecas municipais fechassem, muito pouco seria alterado, (...) não haveria estranhamento uma vez que entre o acervo e a população não foram construídos vínculos” (MILANESI, 2002: 91).

Há, de um lado, o gosto pela leitura; de outro, o material a ser lido. Porém, a pesquisa detectou que a ponte, o vínculo, a criação de situações que elevem a relevância da prática da leitura estão ausentes. A biblioteca pública atual desconhece seu potencial para formação de leitores, por isso, quando as políticas públicas do PNLL chegarem efetivamente às pequenas localidades, o eixo para formação de mediadores de leitura encontrará em bibliotecários e funcionários de bibliotecas municipais um público-alvo em potencial. A necessidade de se criar vínculos entre usuários e acervos para a prática efetiva da leitura marca a identidade da biblioteca pública municipal.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. *Biblioteca pública: princípios e diretrizes*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

FONSECA, M. C. *Biblioteca pública: da extensão à ação cultural como prática da cidadania*. 2005. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2005.

MILANESI, L. *Biblioteca*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

OLIVEIRA, Z. C. P. *A biblioteca “fora do tempo”*: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937 – 1989. 1994. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PERIÓDICO DO SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. *Biblioteca pública: Unesco, manifesto*, 1994. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, v. 1, n. 1, ago. 1995.